

**Pós-estruturalismo e teoria *queer*:
novos discursos sobre a multiplicidade de gêneros e sexualidades¹**

***Post-structuralism and queer theory:
new speeches on the multiplicity of genders and sexualities***

Arthur Furtado BOGÉA²

Resumo

O trabalho faz uma análise sobre o pós-estruturalismo e sobre a teoria queer enquanto mecanismos teóricos para se pensar os discursos que configuram os gêneros e as sexualidades. Metodologicamente caracteriza-se como um estudo bibliográfico. Demonstra que o pós-estruturalismo mostra a centralidade da linguagem e dos discursos para os processos de construção da estrutura social, defendendo a inseparabilidade entre linguagem, cultura, verdade e poder e que a teoria *queer* apresenta a sexualidade como um dispositivo histórico de poder que visa regular a sociedade a partir de um sistema de linguagem/discurso. Conclui-se que não devemos apenas olhar para os significados, mas os processos de significação, uma vez que os sujeitos são efeitos de discursos e estão em um constante processo de significação. Devemos questionar as sexualidades estáveis e colocar o gênero como uma construção histórica e política, inserida em um processo de regulação que normaliza e exerce um controle social.

Palavras chaves: Gênero. Sexualidade. Pós-Estruturalismo. Teoria Queer. Normalização.

Abstract

The work analyzes the post-structuralism and queer theory as the theoretical mechanisms for thinking about the discourses that configure genders and sexualities. Methodologically it stands out as a bibliographic study. It demonstrates that post-structuralism shows the centrality of language and discourses for the processes of construction of social structure, defending the inseparability between language, culture, truth and power and that queer theory presents sexuality as a historical device of power that aims regulate society based on a system of language / discourse. It is concluded that we should not only look at the meanings, but the processes of signification, since the subjects are effects of discourses and are in a constant process of signification. We must question stable sexualities and place gender as a historical and political construction, inserted in a regulatory process that normalizes and exercises social control.

Keywords: Genre. Sexuality. Post-Structuralism. Queer theory. Normalization.

¹ Esse texto é um recorte de minha Dissertação de Mestrado intitulada: “Os discursos de gênero no espaço escolar: quais referências de masculinidades?”, defendida na UFMA.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: arthurbogea@gmail.com

Introdução

Pensar os gêneros e as sexualidades a partir de discursos que as tornam plurais, múltiplas, dinâmicas e transitórias é um desafio que os pesquisadores dessas temáticas precisam enfrentar, pois atualmente existe uma força conservadora que domina os espaços políticos decisórios e que desqualifica, inferioriza e nega o conhecimento científico em favor de uma ordem moral conservadora.

Desse modo, fortalecer o discurso científico a partir de abordagens que mostram o quanto é urgente e necessário se discutir questões relacionadas aos gêneros e as sexualidades é um ato político libertador, uma vez que os discursos normativos de gênero produzidos e reproduzidos pelas instituições que formam o estado, funcionam como dispositivos punitivos a pessoas que não se encaixam aos padrões estabelecidos de gênero e sexualidade.

O pós-estruturalismo busca mostrar a centralidade do papel da linguagem e dos discursos para os processos de construção da estrutura social, defendendo a inseparabilidade entre linguagem, cultura, verdade e poder. Desse modo, contesta as teorias totalizantes que buscam explicar a realidade social a partir de perspectivas universais.

A teoria *queer* busca mostrar a sexualidade como um dispositivo histórico de poder que serve para regular a sociedade a partir de um sistema de linguagem/discurso que normaliza e opera em binarismos, colocando sujeitos que fogem desses binarismos como abjetos, anormais, indesejados etc. Sendo assim, busca questionar os quadros regulatórios da sexualidade e orienta a se desconfiar daquilo que é tido como inquestionável e “normal”.

Nesse sentido, este trabalho busca apresentar o pós-estruturalismo e a teoria *queer* como um novo olhar para se trabalhar e se discutir as questões de gêneros e sexualidades nas instâncias sociais, como educação, mídia, cultura, comunicação etc., ajudando a se perceber os discursos que estão ocultos e silenciados por uma norma de gênero que é excludente e violenta.

Metodologicamente é um trabalho bibliográfico, no qual apresentamos uma linha histórica do surgimento do pós-estruturalismo e da teoria *queer* como abordagens teórico-metodológicas e como movimento político, bem como o uso dessas abordagens para as pesquisas relacionadas a gêneros e sexualidades.

O trabalho se insere nos debates e estudos sobre gêneros e sexualidades e pode ser um instrumento orientador e facilitador para se compreender discursos, expressões, práticas e identidades de gêneros e de sexualidades.

O pós-estruturalismo

O pós-estruturalismo é um movimento filosófico que tem seu início por volta de 1960 e, ao longo do tempo, tornou-se uma influência, não só para a filosofia, mas abrangendo grandes áreas temáticas como literatura, política, arte, cultura, história, sociologia e educação. Mesmo influenciando um leque mais amplo de áreas temáticas, o pós-estruturalismo não ocupa uma posição muito elevada dentro das grandes abordagens teórico-metodológicas por ser visto como se posicionando na contramão de valores e normas morais estabelecidas. O próprio fazer ciência, suas grandes metodologias e abordagens e sua busca por “verdades” absolutas e universais são questionados pelo pós-estruturalismo.

As pessoas que mais se destacam nesse movimento são, segundo Williams (2013): Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard, Michel Foucault e Júlia Kristeva. Esses pensadores e essa pensadora, por meio de seus estudos, trazem a ideia de que o significado é uma construção diretamente relacionada com o contexto em que está inserido, o que coloca em questão a universalidade de uma série de “verdades” tidas como absolutas.

Cada uma das pessoas que pensou o pós-estruturalismo construiu formas próprias de análise, como a gramatologia, desconstrução, arqueologia, genealogia e a semioanálise. Cada uma delas direcionou sua análise para uma instituição específica como a família, o Estado, a prisão, a clínica, a escola, a fábrica, as forças armadas, a universidade e a própria filosofia. Tudo isso, buscando a teorização de uma extensa gama de meios, como a leitura, a escrita, o ensino, a televisão, as artes visuais, as artes plásticas, o cinema e a comunicação eletrônica.

O pós-estruturalismo consiste, portanto, em uma abordagem que problematiza a filosofia do sujeito e da consciência e rompe com a concepção de um ser humano essencialista e universal. Nesse sentido, permite se pensar em uma multiplicidade de experiências possíveis vivenciadas em diferentes contextos e por diferentes sujeitos (WILLIAMS, 2013).

A partir dessa perspectiva, Peter (2000, p. 9) fala que o pós-estruturalismo tem como objeto teórico de análise o “estruturalismo” e busca superar vários aspectos desse movimento que o precedeu. Isso ocorreu porque, a partir do desenvolvimento teórico do estruturalismo francês, durante os anos 1950 e 1960, “levou a institucionalização de um ‘megaparadigma’ transdisciplinar, contribuindo para integrar as chamadas ‘humanidades’ e as ciências sociais, mas o fez sob uma forma exageradamente otimista e científica”.

Sua pretensão de *status* de “megaparadigma” baseava-se na centralidade da linguagem na vida cultural e social humana, considerada como sistema semiótico ou como sistema de significação auto-reflexivo. O estruturalismo era, nesse sentido, parte da “virada linguística” empreendida pela filosofia ocidental (PETER, 2000, p. 10).

Ao adentrar em amplas e diversificadas áreas, o estruturalismo foi “transformando-se em um poderoso e globalizante referencial teórico para a análise semiótica e linguística da sociedade, da economia e da cultura, vistas agora como sistema de significação”. É por essa pretensão do estruturalismo de se transformar em uma espécie de “megaparadigma” para as ciências sociais que o pós-estruturalismo vai se posicionar como uma resposta, buscando a descentralização das estruturas, da sistematicidade e da pretensão científica do estruturalismo, “criticando a metafísica que lhe estava subjacente e estendendo-o em uma série de diferentes direções, preservando, ao mesmo tempo, os elementos centrais da crítica que o estruturalismo fazia ao sujeito humanista”(PETERS, 2000, p. 10).

Desse modo, o pós-estruturalismo representa uma ruptura com estruturas estabelecidas de significado, referência na linguagem, entendimento, sentidos, artes, identidade, senso de história e do papel dela no presente e do entendimento da linguagem como algo livre do trabalho do inconsciente. Williams (2013) diz que a palavra ruptura não deve ser vista como algo negativo, pois ela representa um aspecto importante do pós-estruturalismo, que é seu poder de resistência e trabalho contra verdades e posições estabelecidas.

Assim, o pensamento pós-estruturalista, é uma ferramenta nas lutas contra a discriminação relacionada a sexo e gênero, inclusão e exclusão baseadas na concepção de raça, desigualdade com base na diferença entre classes, “ele alerta contra a violência, às vezes ostensiva, às vezes oculta, de valores estabelecidos como uma moral estabelecida, um cânone artístico ou uma estrutura legal fixada”. (WILLIAMS, 2013, p.

17). No entanto, isso não significa que o pós-estruturalismo esteja trabalhando fora ou negando essas estruturas, mas ele atua por dentro delas na busca de transformá-las.

No campo das pesquisas educacionais, o pós-estruturalismo abre espaço para que reflitamos sobre as possibilidades de verdades contidas em múltiplas formas de comportamentos, perspectivas, currículos etc., trazendo uma visão heterogênea dos processos que envolvem a educação e rompendo com a ideia de um conhecimento revelado e pré-existente. O pós-estruturalismo vê o processo de significação, e também as questões do conhecimento, como indeterminados e incertos. Nessa perspectiva, o significado não possui um caráter pré-existente, “ele é cultural e socialmente produzido. Como tal, mais do que sua fidelidade a um suposto referente, o importante é examinar as relações de poder envolvidas na sua produção” (SILVA, 2005, p. 123).

Todo significado que é entendido e identificado na sociedade, ou seja, todo significado é o que é porque socialmente ele foi configurado dessa forma em um campo de relações de poder. Em vista disso, no pós-estruturalismo a atenção é ampliada do “significado” para os processos de significação, a preocupação muda o foco daquilo que era definido como “verdade” para os processos pelos quais aquilo passou a ser considerado “verdade”.

A perspectiva pós-estruturalista não apenas questiona essa noção de verdade; ela, de forma mais radical, abandona a ênfase na “verdade” para destacar, em vez disso, o processo pelo qual algo é *considerado* como verdade. A questão não é, pois, a de saber se algo é verdadeiro, mas, sim, de saber por que esse algo se *tornou* verdadeiro. (SILVA, 2005, p. 123-124).

A centralidade no papel da linguagem e do discurso para a construção das significações na constituição social e na avaliação das epistemologias é uma grande contribuição do pós-estruturalismo, uma vez que defende a inseparabilidade entre linguagem, cultura, verdade e poder. Essa posição reafirma a importância da estrutura, mas não na constituição do sujeito, e sim na determinação das diferentes posições de sujeitos que emergem nas relações sociais.

Ao mesmo tempo, o pós-estruturalismo contesta as teorizações que prometem conhecer e explicar a realidade a partir de perspectivas totalizantes e universais. De modo geral, rejeita as definições que encerram “verdades” como absolutas sobre a constituição do mundo, pois essa constituição depende do contexto histórico e dos processos experienciados por cada sujeito (MAYER, 2013).

Muitas vezes o pós-estruturalismo é confundido com o pós-modernismo, no entanto, como demonstra Silva (2005), mesmo compartilhando alguns elementos comuns, como a crítica do sujeito centrado e autônomo do modernismo e do humanismo, ambos estão em campos epistemológicos diferentes. O pós-estruturalismo está centrado na teorização da linguagem e do processo de significação, enquanto o pós-modernismo possui como campo e objeto o “modernismo”.

Mesmo alguns estudiosos usando o pós-modernismo como sinônimo do pós-estruturalismo, existem particularidades entre os dois termos, pois ambos possuem preocupações teóricas diferentes. Essas diferenças ficam claramente visíveis na genealogia histórica de cada um.

Isso permite enfatizar a peculiaridade filosófica do pós-estruturalismo como um movimento que começa na França no início dos anos 60 e que tem fontes específicas de inspiração no trabalho de dois filósofos alemães, Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger. O pós-modernismo, em contraste, desenvolve-se a partir do contexto do alto modernismo estético, da história da avant-garde artística ocidental e, em particular, da inovação e do experimentalismo artístico que se seguiram à crise da representação que culminou com o cubismo, o dadaísmo e o surrealismo. (PETER, 2000, p. 17).

Para o pós-estruturalismo, portanto, é o dado concebido como certo, verdadeiro e universal que deve ser investigado, pois é necessário se repensar a própria forma de como se dá a construção do conhecimento científico, os métodos, técnicas e a sua atuação na sociedade, tendo em vista as relações de poder que envolvem esses conhecimentos. Assim, tenta se rever o lugar ocupado pela ciência enquanto possuidora dos discursos que buscam e constroem “verdades” universais e absolutas.

Mayer (2013), aponta que a partir da descrição de processos de diferenciação e de hierarquização social, o pós-estruturalismo busca problematizar como esses processos produzem corpos, posições de sujeitos e identidades. Desse jeito, pode-se explicar as relações de dominação existentes na sociedade que vão além dos aspectos econômicos, mas estão presentes nas questões de gênero, étnicas e de sexualidade. Isso porque o sujeito, na perspectiva do pós-estruturalismo, é uma invenção cultural, social e histórica, não tendo em si nenhuma essência original, orgânica, biológica ou natural que o defina, logo, o sujeito só existe a partir de um processo de produção social e cultural (SILVA, 2005).

Nessa perspectiva, Michel Foucault³ compreende que o sujeito é efeito do discurso e do poder. Ele é resultado das relações de poder inseridas no seu contexto social. É a partir dessas relações que ele é constituído enquanto sujeito de um determinado tipo, assim o louco, o prisioneiro, o homossexual, não são resultados de um estado prévio que os define dessa maneira, mas são resultados de significações feitas a partir de aparatos discursivos e institucionais que os definem de tal maneira e em tal configuração.

Entender o sujeito dessa perspectiva é uma tarefa difícil, pois, segundo Butler (1998), parece que o sujeito perde a sua capacidade de agir e é apenas constituído. No entanto, ela explica que o caráter de constituição do sujeito é a pré-condição de sua capacidade de ação. Sendo o sujeito constituído a partir de aparatos de poder, ele é retirado da condição de um efeito da natureza e garante assim a sua capacidade de ação, pois a sua constituição passa a ser social.

[...] se o sujeito é constituído pelo poder, esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, pois esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente. Esse sujeito não é base nem produto, mas a possibilidade permanente de um certo processo de resignificação, que é desviado e bloqueado mediante outro mecanismo de poder, mas que é a possibilidade de retrabalhar o poder. (BUTLER, 1998, p. 22).

Destarte, o sujeito está em um constante processo de significação, pois toda a sua vida está envolvida em relações discursivas e de poder, externas a ele. O espaço escolar é um desses locais onde as relações de poder estão constituindo as pessoas o tempo inteiro e esse sujeito não se percebe como efeito dessa estrutura e se torna “o ponto de transferência daquela repetição”, baseada em “princípios organizadores totalmente embutidos de práticas materiais e arranjos institucionais”. São essas matrizes de poder que produzirão um “sujeito viável” (BUTLER, 1998, p. 18).

Para o pós-estruturalismo, o sujeito pode estar muito além das estruturas constituídas a partir de verdades científicas, pois define o pensamento como um processo que caminha junto às verdades científicas, mas, também, independente delas. Desse modo, assim como a arte que está aberta a diferentes sentidos de valor e permite múltiplas interpretações, sentimentos e respostas, deveriam ser as experiências dos sujeitos, as estruturas, as verdades, os discursos e a própria significação do sujeito sobre

³ Esta afirmação está fundamentada nas leituras feitas de parte da obra de Michel Foucault e que constam das referências deste trabalho.

si e não uma busca por explicá-lo como unicamente essencial, predefinido ou explicável por evolução natural (WILLIAMS, 2013).

A influência dos primeiros autores pós-estruturalistas tem sido muito grande e tem inspirado uma variedade enorme de pesquisas e análises nos campos dos estudos feministas, da psicanálise, da teoria literária, da antropologia, da sociologia, da política, da cultura, da história, dos estudos pós-coloniais, estudos de gênero e sexualidade, dentre muitos outros.

A teoria *queer*

Em meados de 1980, surgem os estudos *queer*, baseados em uma perspectiva pós-estruturalista de análise para os gêneros e as sexualidades. *Queer* foi o termo usado pela pesquisadora Teresa de Lauretis em uma conferência nos Estados Unidos com o propósito de demarcar uma nova proposta teórica, diferente dos estudos gays e lésbicos existentes, que operam com concepções de identidades sexuais fixas (MISKOLCI, 2009).

O surgimento da teoria *queer*, enquanto instrumento de estudo, remonta ao período do “fim da chamada Revolução Sexual, dos movimentos liberais feministas e gays e do – hoje sabemos – curto período de despatologização da homossexualidade que começou com sua retirada do manual internacional de doenças mentais”(MISKOLCI, 2014, p. 11).

Com o auge da epidemia de AIDS nos anos 1980, ficou claro que o desejo homossexual ainda era visto pela sociedade como uma ameaça. Em 1973, a homossexualidade deixava de ser considerada uma doença mental, porém com a epidemia da AIDS, ela passou a ser considerada uma patologia em termos epidemiológicos, pois passou-se a considerar os homossexuais como os causadores e transmissores da AIDS.

Nesse contexto, as pessoas que eram consideradas homossexuais e dissidentes de gênero, passaram a ser tratados como uma ameaça àquilo que se tinha como ordem social legítima, baseada na heterossexualidade, na reprodução e amparada no modelo de família tradicional. Até este contexto, o termo *queer* era usado como uma forma de injúria, de preconceito, de discriminação, de menosprezo, pois as pessoas não

escondiam que sentiam nojo e desejo pela eliminação desses sujeitos (MISKOLCI, 2014).

No entanto, o termo *queer*, além de denominar e fazer surgir uma linha de pensamento e pesquisa, representa um ato político de ressignificação, pois toma aquilo que era significado como injúria ou algo que deveria causar vergonha e o transforma em uma categoria de luta contra as estruturas normalizadoras que no decurso da história buscavam excluir, marginalizar ou mesmo eliminar as pessoas que não estavam dentro da referência que a sociedade estabeleceu para os gêneros. Essas mesmas estruturas continuam atuando nas sociedades atuais e tentam sempre fortalecer e legitimar os seus discursos como “verdades universais”. É nesse sentido que Louro (2004) diz que o *queer* tenta pôr em movimento aquilo que se tem como subversivo, se arrisca em fazer o impensável, faz balançar as estabilidades e certezas.

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO, 2004, p. 7-8).

O termo *queer*, segundo Louro (2004), que possuía uma carga muito grande de estranheza e deboche, é ressignificado por alguns grupos que lutam pelas questões homossexuais e passa a significar uma perspectiva de oposição e de contestação, se colocando contra a normalização de onde quer que ela venha. Por esse motivo, é a heteronormatividade compulsória, com o seu sistema de normalização e seus discursos de naturalidade/normalidade, que são os principais alvos de contestação do *queer*.

Nos Estados Unidos, o *queer* surge a partir de movimentos sociais homossexuais, pois com a negação do governo em dar resposta à epidemia de AIDS, vários grupos homossexuais se organizaram na tentativa de forçar o governo a agir de alguma maneira sobre o problema AIDS. É nesse contexto que emerge a política *queer*, “como um contraponto crítico em desacordo com o movimento gay e lésbico estabelecido em seu esforço de se adequar a padrões normativos” (MISKOLCI, 2011, p. 49).

No Brasil, segundo Miskolci (2011), diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, o então movimento homossexual brasileiro conseguiu manter um bom diálogo com o Estado, o que gerou a criação de um programa assistencial de informações, tratamentos e proteção contra a AIDS que pode ser considerado um dos melhores do mundo.

Os movimentos de luta contra a AIDS no Brasil começaram junto ao processo de redemocratização do país e de grandes discussões no que se refere à saúde no meio social, nos quais movimentos de reforma sanitária realizaram a VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 e a proposição do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988. Com a rápida disseminação do HIV a partir da década de 1980, iniciativas de políticas públicas em resposta a essa epidemia começaram a ser elaboradas a partir da mobilização social e dos governos estaduais, o que serviu de pressão para um posicionamento do governo federal. Em 1985 foi fundada a primeira Organização Não Governamental (ONG) com atividade em HIV/AIDS no país – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA) e criaram-se os Programas Estaduais de DST/AIDS em 10 estados. A partir daí o Ministério da Saúde começa a fazer campanhas nacionais sobre prevenção, uso de preservativos, seringas e agulhas esterilizados e individuais, controle da qualidade do sangue e hemoderivados e campanhas de informação à comunidade, criando em 1986 o Programa Nacional de DST e AIDS (PN-DST/AIDS), que em 2003 foi considerado referência mundial por diversas agências internacionais. O programa teve todo esse reconhecimento mundial, não só pela oferta universal e gratuita dos ARV, mas por abranger vários ministérios e manter um diálogo permanente com os movimentos sociais e comunidade científica. (VILLARINHO, *Et al.*, 2013).

No Brasil, o antropólogo Néstor Perlongher começou como uma voz solitária a denunciar os intuitos biopolíticos, que buscavam criar análises sobre a hegemonia política heterossexual e que estavam ganhando força no cenário nacional, até mesmo no desenvolvimento de pesquisas na área da sexualidade. Com a morte de Perlongher em 1993, algumas feministas continuaram seu legado e buscaram novas significações do pensamento *queer*. Dentre essas feministas, destaca-se a historiadora Karla Bessa que é considerada uma das primeiras intelectuais a resenhar e apresentar artigos em congressos sobre a forma de pensar política e intelectual *queer*. “De qualquer maneira, tudo indica, o primeiro artigo brasileiro a apresentar um estado da arte sobre essa linha

foi o ‘Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação’ (2001) de Guacira Lopes Louro” (MISKOLCI, 2014, p. 13).

A partir daqui, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, começaram a publicar trabalhos que representavam uma ruptura, no sentido de trazer algumas diferenças com aquilo que se vinha produzindo sobre sexualidade e gênero no país, com “um olhar mais crítico à hegemonia heterossexual e um foco menos ‘minoritarizante’ com às sexualidades dissidentes” (MISKOLCI, 2014, p. 14).

O que possibilita o surgimento do movimento *queer* vai além de questões pontuais das políticas e dos estudos gays e lésbicos, por isso deve ser compreendido como inserido em um quadro mais amplo do pós-estruturalismo, pois “efetivamente, a teoria *queer* pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizam noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação”. (LOURO, 2004, p. 40).

Segundo Miskolci (2009), os teóricos *queer* encontram nas obras de Michel Foucault e Jacques Derrida, aquilo que utilizaram e ainda usam como conceitos e métodos para suas abordagens. As principais obras destes autores usadas pelos teóricos *queer* são os livros *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976) de Michel Foucault e *Gramatologia* (1967) de Jacques Derrida.

A afirmação que Foucault (1988) faz, de que a sexualidade é um dispositivo histórico de poder que teve seu desenvolvimento nas sociedades ocidentais modernas desde o século XVIII e que possuiu como base a inserção do sexo em um sistema de utilidade e regulação social, foi o ponto de partida para esses teóricos. A sexualidade passa a ser vista como um dispositivo que opera a partir de um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais e por essa razão, sua compreensão exige a análise de diversos elementos que formam as regulações sociais, tais como os discursos, instituições, arquitetura, morais, enunciados científicos, etc. De Jacques Derrida (1967), os teóricos *queer* incorporam o conceito de complementaridade e a perspectiva metodológica da desconstrução.

A complementaridade mostra que significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição àquilo que ele não é: um homem gay. Este procedimento analítico que mostra

o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução. (MISKOLCI, 2009, p. 153).

Nessa perspectiva, a teoria *queer* busca mostrar que estamos inseridos em um sistema de linguagem/discurso que opera em binarismos, no qual aquilo que é tido como hegemônico se constrói a partir de uma oposição àquilo que é tido como inferior e subordinado. A heterossexualidade só existe em oposição a homossexualidade ou as masculinidades só existem em oposição às feminilidades, tidos como seu oposto, negativo, inferior, subalterno, abjeto. Aquilo que é visto como o outro, funciona como o meio do hegemônico se constituir, por exemplo, o masculino é significado a partir daquilo que é tido como não pertencente ao feminino.

Seguindo essa perspectiva, Miskolci (2009) aponta que a partir dessas compreensões, teóricos como Eve K. Sedgwick, Gayle Rubin, David M. Halperin, Judith Butler e Michael Warner, iniciaram diversas análises sociais, nas quais o binarismo hétero/homossexual eram colocados como centrais para as análises da organização da vida social contemporânea.

A partir dessas pessoas que fizeram vários estudos, a teoria *queer* coloca o dispositivo da sexualidade como um dos pontos principais para as análises da ordem social ao mostrar que esta se baseia na heterossexualidade, através de um dispositivo que a naturaliza e a torna compulsória. A preocupação, portanto, da teoria *queer* é com essa heterossexualidade, a identidade sexual considerada “normal”.

Nesse sentido, Silva (2005) diz que a identidade homossexual é considerada um problema, pois a heterossexualidade é tida como a norma invisível relativa a todas as outras formas de sexualidade, assim, qualquer identidade sexual que seja tida como diferente é considerada um desvio da norma. É buscando questionar a heterossexualidade como norma que a teoria *queer* vai demonstrar que as identidades não encerram em si mesmo suas definições, mas elas são sempre construídas em uma relação com o outro, mostrando que a identidade é resultado de um processo social de significação e não efeito da natureza.

É nesse processo de significação que as hierarquias se legitimam, e se mantêm hegemônicas, pois a atribuição de significados está sujeita a relações de poder, nas quais alguns grupos sociais ocupam posições na sociedade que os legitimam e impõem aos outros os seus significados. É dessa maneira que a heterossexualidade é colocada

hierarquicamente como sexualidade dominante, normal, hegemônica e a homossexualidade como o desvio dessa norma.

A teoria queer, entretanto, queria além da hipótese da construção social da identidade. Ela quer radicalizar a possibilidade do livre trânsito entre as fronteiras da identidade, a possibilidade de cruzamento das fronteiras. Na hipótese da construção social, a identidade acaba, afinal, sendo fixada, estabilizada, pela significação, pela linguagem, pelo discurso. (SILVA, 2005, p 46).

Pensar *queer* é ir além das barreiras normalizadoras que regulam a vida social, é desconfiar de sujeitos sexuais estáveis e fixos, focando nos processos sociais classificatórios, hierarquizadores, ou seja, pensar *queer* é olhar para os processos sociais de normalização dos comportamentos que geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares. (MISKOLCI, 2009).

O *queer* é não considerar apenas aquilo que é permitido, mas pensar o diferente, considerar o impensável e até aquilo que é proibido pensar. É “questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade” a partir de uma epistemologia que, nesse sentido, é considerada “perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa”. (SILVA, 2005, p. 46).

Portanto, a teoria *queer* é um novo olhar questionador dos discursos que buscam normalizar expressões, comportamentos, identidades e discursos, buscando dar visibilidade a sujeitos que estão ocultos e silenciados na sociedade a partir de uma norma social que estabelece um "normal/natural" para os gêneros e as sexualidades.

Considerações finais

Questionar verdades tidas como absolutas é um desafio e uma ousadia muito grande, pois isso significa romper com estruturas historicamente enraizadas na sociedade como o “normal”. No entanto, todo discurso verdade deve ser contextualizado, olhando-se para o tempo, local e quem o proferiu, pois assim poderá se perceber quais os interesses presentes na manutenção dessa verdade como única.

É nisto que o pós-estruturalismo e a teoria *queer* orientam os olhares e os discursos, nesse rompimento da ideia de um ser humano produto de essências naturais e universal, mostrando que é a linguagem que constrói os significados atribuídos aos sujeitos, no entanto essa linguagem é cultural e socialmente produzida.

Sendo assim, todo significado que a sociedade entende como único, natural, normal, etc., na verdade foi configurado socialmente em determinados contextos a partir de um campo de poder. Portanto, não devemos apenas olhar para os significados, mas sim para os processos de significação, uma vez que os sujeitos sociais são efeitos de discursos e estão em um constante processo de significação. Tendo-se em vista que a sociedade está em constante mudança, não podemos pensar em um sujeito estático. Portanto, a linguagem e o discurso têm muita importância na produção do jeito

A teoria *queer*, a partir do que foi discutido neste trabalho, é uma importante vertente teórica para se pensar os gêneros como um conjunto de normas que servem para regular os corpos e as sexualidades. No entanto, essa abordagem não é só uma vertente teórica, mas um ato político, pois buscou ressignificar aquilo que era tido como ruim e indesejado em uma bandeira de luta por respeito, espaço e voz.

Nesse sentido, o trabalho mostra que precisamos pensar a sexualidade como um dispositivo que está operando na sociedade a partir de uma série de discursos presentes na política, educação, mídia, religião etc., e que cria formas de regulação social. Logo, o nosso olhar precisa estar voltado para questionar aquilo que é tido como “normal/natural” para a sociedade, como a heterossexualidade compulsória imposta a todos como se fosse a única forma possível de se experienciar a sexualidade.

A partir de tudo que foi discutido neste trabalho, acreditamos que é necessário se questionar os discursos que buscam criar normas para as experiências relacionadas aos gêneros e às sexualidades, entendendo que as identidades não se encerram em si, mas elas estão sempre se construindo e são o resultado de processos sociais e não efeitos da natureza.

Nesse sentido, o *queer* questiona as sexualidades estáveis e coloca o gênero como uma construção histórica e política, inserida em um processo de regulação que normaliza e exerce um controle social, não só sobre comportamentos, mas sobre os próprios corpos.

Referências

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Campinas: **Cadernos Pagu**, No. 11, 1998, p.11-42. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457/2381>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.

DERRIDA, J. **De la gramatologie**. Paris: Minuit, 1967.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: vontade de saber**. Tradução Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Edição Graal. Rio de Janeiro, 1988.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In. LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11 – 29.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as Ciências Sociais: notas introdutórias sobre Teoria Queer. **Florestan**. São Carlos. n. 2, p. 08, 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/62/pdf_23>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

MISKOLCI, Richard. "Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política queer". In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2011. v. 1. p. 47-68.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença - uma introdução**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Ludvik. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.